

ESTA PARTE É EDITADA
ELETRONICAMENTE
DESDE 1º DE JULHO DE
2005

DIÁRIO OFICIAL

R\$ 2,50

PARTE II
PODER LEGISLATIVO

DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ANO XL - Nº 226
QUINTA-FEIRA, 4 DE DEZEMBRO DE 2014

www.imprensaoficial.rj.gov.br



Rafael Wallace

O deputado Gilberto Palmares (PT) vistoria o condomínio Quintas do Pontal, no Recreio, durante o funcionamento da CPI. As casas foram entregues com erros estruturais e falhas no abastecimento de água

COMISSÃO RELATÓRIO PEDE QUE MINISTÉRIO PÚBLICO INVESTIGUE CRIMINALMENTE DUAS EMPRESAS DO RAMO CPI das Construtoras aprova relatório

Isabela Cabral

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj) criada para apurar as causas de atrasos na entrega de imóveis por construtoras no estado aprovou por unanimidade, nesta terça-feira (02/12), seu relatório final. No documento, a comissão faz uma série de recomendações técnicas e legais às construtoras. Também propõe ao

Ministério Público do Estado a investigação criminal das empresas AG Prima e Roma Engenharia. O presidente da CPI, deputado Gilberto Palmares (PT), se mostrou satisfeito com o resultado da comissão. “Tivemos um trabalho muito produtivo, envolvendo cidadãos de diversos municípios e de todo tipo de poder aquisitivo. Realizamos um trabalho de campo e ouvimos, sem preconceito, desde adquirentes até empresários e segmentos do setor público”, avaliou o parlamentar. O relatório ainda deverá

ser votado em plenário.

O texto faz diversas outras recomendações. À Defensoria Pública, o colegiado pede a celebração da assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC) entre consumidores e as construtoras que foram objeto de investigação. A CPI também recomenda à Caixa Econômica Federal que só convide para seus feirões de imóveis empresas que tenham assinado com a instituição contrato de financiamento

de imóvel e construção. Além disso, o relatório também sugere aos agentes de crédito imobiliário a inclusão de multa nos contratos para casos de atrasos injustificados, entre outras medidas.

A CPI vai ainda apresentar projetos de lei para fornecer garantia e estrutura para que adquirentes de imóveis na planta possam fiscalizar o andamento das obras. Estiveram também presentes os deputados Wagner Montes (PSD), relator, Luiz Martins (PDT) e Luiz Paulo (PSDB).



Yago Barbosa

Reunião de encerramento da CPI: relatório final traz recomendações ao MP, à Defensoria e à Caixa Econômica, entre outros

Resultados foram surgindo durante as investigações

Desde sua instalação, em abril de 2013, a CPI das Construtoras recebeu mais de 500 denúncias e constatou cerca de 3 mil famílias prejudicadas. Assim, a comissão iniciou investigações, realizou vistorias nos empreendimentos e ouviu construtoras, agentes financeiros e consumidores. Entre as empresas averiguadas estão Gafisa, AG Prima, Rossi, Cyrela, Roma e Camargo Corrêa. A CPI trabalhou ainda com especialistas na área de construção civil, que auxiliaram na elaboração de propostas para evitar transtornos para futuros compradores de imóveis. Presidente da comissão, o deputado Gilberto Palmares comemorou as conquistas. “Tivemos resultados concretos no curso de nossas atividades. As situações

da AG Prima e do condomínio Quintas do Pontal são dois exemplos”, disse.

Em setembro, após mais de um ano de empenho da comissão no caso, um termo de ajustamento de conduta (TAC) foi assinado para beneficiar os adquirentes dos condomínios Vivenda das Campinas e Jardins de Sancerre, que deveriam ter sido erguidos pela construtora AG Prima em Campo Grande. Com o acordo, os consumidores lesados vão receber o dinheiro investido de volta com ajuste de 15%. Já os proprietários do Quintas do Pontal, construído no Recreio, finalmente tiveram seus problemas solucionados. Além do atraso de três anos nas obras, houve erros estruturais, mudanças no projeto estrutural e falhas no abastecimento de água.

LIXO EMPRESAS PASSARÃO A DOAR RESÍDUOS RECICLÁVEIS PARA COOPERATIVA DO ANTIGO LIXÃO EM CAXIAS

Incentivo para catadores de Gramacho

Gabriel Deslandes

Empresas instaladas em Duque de Caxias doarão resíduos recicláveis para o Polo Reciclador de Jardim Gramacho. O anúncio da parceria com as cooperativas de catadores foi feito em audiência pública da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), na última quinta-feira (27/11). O objetivo da reunião foi apresentar a importância do trabalho realizado pelos catadores de Jardim Gramacho e convidar estabelecimentos comerciais e industriais a colaborarem com materiais descartados.

O Polo é coordenado por quatro cooperativas de catadores do antigo lixão de Jardim Gramacho e foi construído com recursos da Refinaria Duque de Caxias (Reduc). Segundo o vice-presidente da comissão, deputado Carlos Minc (PT), o Gramacho é o primeiro polo reciclador criado no mesmo local de um lixão, servindo de referência para cooperativas de todo o país. “Estamos com a experiência do Polo, mas o foco mais amplo são todas as cooperativas de catadores. Não queremos só apelar para a solidariedade da empresa A, B ou C, mas é preciso um mecanismo que crie esse fluxo de fornecimento de material de qualidade”, afirmou o parlamentar.

De acordo com o presidente da Associação de Catadores e Amigos do Jardim Gramacho, Sebastião Santos, o objetivo inicial das cooperativas é completar o recebimento total de resíduos nos dois galpões do Polo. O espaço hoje opera a 70% de sua capacidade, e a Associação busca



Vice-presidente da comissão, o deputado Carlos Minc (PT) disse que a iniciativa de Jardim Gramacho serve de referência para cooperativas de catadores em todo o país

seu processamento antes de expandir suas instalações. “Precisamos dar conta dos 100% da capacidade. Não vamos criar outros galpões agora. Para que eles funcionem, primeiro te-

REDUC JÁ ENVIU 140 TONELADAS DE MATERIAIS AO POLO

mos de receber matéria-prima”, disse Sebastião.

O principal fornecedor de resíduos sólidos é a Reduc. Apenas neste ano, o complexo industrial ofertou 140 toneladas de materiais ao Polo – em

especial, papel e plástico – e a refinaria trabalha para convencer empresas terceirizadas a também enviarem. “Foi muito importante para a refinaria ter um polo reciclador próximo. É uma experiência muito bem sucedida e precisamos estender mais”, salientou o engenheiro de Meio Ambiente da Refinaria, Marcelo dos Santos Lara. O Grupo Carrefour também destinará o material reciclado recolhido em pontos de coleta dos supermercados para Gramacho. “Do ponto de vista operacional, com a cooperativa pronta, já estamos aptos para fornecer esse material”, informou o gerente de Sustentabilidade do grupo, Fernando Careli.

Moradias e recuperação do mangue

A Prefeitura de Duque de Caxias também desenvolve projetos para incentivar as atividades dos trabalhadores de Jardim Gramacho. O município, que produz 40 toneladas diárias de lixo, conta com 34 cooperativas de catadores e está combatendo lixões clandestinos para se adequar à Política Nacional de Resíduos Sólidos. Durante a audiência na Alerj, o secretário de Meio Ambiente de Caxias, Luiz Renato Vergara, afir-

mou que a recuperação do mangue na região está em andamento, e que os trabalhadores do local receberão moradias dentro do programa Minha Casa, Minha Vida. “O Jardim Gramacho, que sempre foi a latrina do Rio de Janeiro, hoje vai ter um novo significado na vida de cada morador. Nós tivemos a compreensão de que não somos só amigos do coletor, mas também de que temos de nos dedicar ao máximo”, pontuou.



Haroldo Zager Faria Tinoco
Diretor-Presidente
Valéria Maria Souto Meira Salgado
Diretora Administrativa
Walter Freitas Netto
Diretor Financeiro
Jorge Narciso Peres
Diretor-Industrial

PUBLICAÇÃO SEMANAL - Quintas-feiras
As matérias publicadas nas páginas 1 a 4 são de responsabilidade da Subdiretoria Geral de Comunicação Social da Alerj
Luisi Valadão
Diretora de Comunicação Social
Fernanda Galvão
Editora-chefe
Ana Paula Teixeira
Diagramação

DIÁRIO OFICIAL PARTE II - PODER LEGISLATIVO

PUBLICAÇÕES		
ENVIO DE MATÉRIAS: As matérias para publicação deverão ser enviadas pelo sistema edof's ou entregues em mídia eletrônica nas Agências Rio ou Niterói.		
PARTE I - PODER EXECUTIVO : Os textos e reclamações sobre publicações de matérias deverão ser encaminhados à Assessoria para Preparo e Publicações dos Atos Oficiais - à Rua Pinheiro Machado, s/nº - (Palácio Guanabara - Casa Civil), Laranjeiras, Rio de Janeiro - RJ, Brasil - CEP 22.231-901 Tels.: (0xx21) 2334-3242 e 2334-3244.		
AGÊNCIAS DA IMPRENSA OFICIAL - RJ: Atendimento das 09:00 às 17:00 horas		
RIO - Rua São José, 35, sl. 222/24 Edifício Garagem Menezes Cortes Tels.: (0xx21) 2332-6548, 2332-6550 e Fax: 2332-6549		NITERÓI - Av. Visconde do Rio Branco, 360, 1º piso, loja 132, Shopping Bay Market - Centro, Niterói/RJ. Tels.: (0xx21) 2719-2689, 2719-2693 e 2719-2705
PREÇO PARA PUBLICAÇÃO:	cm/col	R\$ 132,00
	cm/col para Municipalidades	R\$ 92,40
RECLAMAÇÕES SOBRE PUBLICAÇÕES DE MATÉRIAS: Deverão ser dirigidas, por escrito, ao Diretor-Presidente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, no máximo até 10 (dez) dias após a data de sua publicação.		

ASSINATURAS SEMESTRAIS DO DIÁRIO OFICIAL	
ASSINATURA NORMAL	R\$ 284,00
ADVOGADOS E ESTAGIÁRIOS	R\$ 199,00 (*)
ÓRGÃOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)
FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (Federal, Estadual, Municipal)	R\$ 199,00 (*)

(*) SOMENTE PARA OS MUNICÍPIOS DO RIO DE JANEIRO E NITERÓI.
OBS.: As assinaturas com desconto somente serão concedidas para o funcionalismo público (Federal, Estadual, Municipal), mediante a apresentação do último contracheque.
A Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro não dispõe de pessoas autorizadas para vender assinaturas. Cópias de exemplares atrasados poderão ser adquiridas à rua Professor Heitor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ.

ATENÇÃO: É vedada a devolução de valores pelas assinaturas do D.O.
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO • Rua Professor Heitor Carrilho nº 81, Centro - Niterói, RJ. CEP 24.030-230. Tel.: (0xx21) 2717-4141 - PABX - Fax (0xx21) 2717-4348

www.imprensaoficial.rj.gov.br

Serviço de Atendimento ao Cliente da Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro: Tel.: 0800-2844675 das 9h às 18h



alerj.rj.gov.br



twitter.com/alerj



on.fb.me/fbalerj



radioalerj.posterous.com



issuu.com/alerj



tvalerj.tv

AUDIÊNCIA TIPIFICAÇÃO DE ASSASSINATOS DE MULHERES COMO FEMINICÍDIO FOI DEFENDIDA NO ENCONTRO

Números de violência contra a mulher são apresentados na Assembleia

Lucas Lima

Em 2013, 356 mulheres foram vítimas de homicídio em todo o estado do Rio de Janeiro, por conta da violência doméstica. Um aumento de 20,7% em comparação com 2012. Os dados, do Instituto de Segurança Pública (ISP), foram apresentados pela juíza titular do 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, do Centro do Rio, Adriana Ramos de Mello, durante audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa do Rio (Alerj), nesta terça-feira (02/12).

“Sabemos pela experiência que de 60% a 70% destas vítimas morrem nas mãos dos seus parceiros íntimos. Muitos não aceitam que a parceira exerça o seu direito de ir e vir, de trabalhar, de viver sua vida com plenitude. É o que mostra aquela frase: não será minha, então não será de mais ninguém”, frisou a juíza. A presidente do colegiado, deputada Inês Pandeló (PT), defendeu a criação de campanhas de conscientização,



Na audiência pública, a deputada Inês Pandeló (PT) falou sobre o desempenho da comissão nos últimos 12 anos, destacando as campanhas contra a violência doméstica

principalmente em escolas. “Isso vai ajudar a substituir a cultura machista por uma de paz. Também precisamos de uma reforma judiciária, pois existem processos que não estão andando e outros que nem foram tipificados como homicídio”, defendeu.

Inês e a juíza Adriana Ramos também defenderam a tipificação do crime de femi-

nicídio, proposta que já tramita no Congresso Nacional. “O que não se nomeia não existe. Esse fenômeno ainda é muito desconhecido, então precisamos discuti-lo para gerar visibilidade sobre algo que afeta toda a nossa sociedade. Explicar o que é vai fazer com que possamos cobrar várias políticas, não só as políticas públicas, como as judiciárias,

como melhorar a investigação desse crime, por exemplo”, afirma Adriana. Segundo Inês, só a Lei Maria da Penha não está tendo impacto sobre a mortalidade das mulheres por agressões e não vai resolver todo o problema.

Inês Pandeló aproveitou a ocasião para apresentar as principais atividades que a comissão realizou nos últimos

12 anos. A petista destacou a criação do Conselho Estadual de Economia Solidária, as campanhas de combate à morte materna e de combate à violência, nos pontos de ônibus da capital, além da criação do Diploma Mulher Cidadã Leolinda Figueiredo Daltro, que visa homenagear ativistas que defendem os direitos das mulheres.

AGORA É LEI EMPRESAS TERÃO 120 DIAS PARA SE ADAPTAR

Segurança para coberturas jornalísticas

Da Redação

Com a intenção de garantir segurança aos jornalistas no exercício de sua profissão, foi promulgada a Lei 6.929/14, que obriga as empresas de comunicação sediadas ou com sucursal no estado do Rio a adquirirem equipamentos de segurança para coberturas jornalísticas. A lei foi publicada no Diário Oficial do Legislativo desta terça-feira (02/12). O projeto que deu origem à nova regra havia sido vetado pelo Executivo, mas o veto foi derrubado na Casa no final de novembro.

De acordo com o texto, profissionais enviados para coberturas jornalísticas que representem risco à sua integridade física devem contar com os seguintes equipamentos de segurança: colete a prova de balas, capacetes e máscaras de gás. Caberá ao profissional a solicitação



A lei é de autoria dos deputados Clarissa Garotinho (PR) e Samuel Malafaia (PSD)

desses equipamentos, que deverão ser disponibilizados de forma gratuita ao mesmo pelas empresas, que terão um prazo de 120 dias para se adequar a norma.

“Tem sido frequentes os casos de violência contra jornalistas, estando o Brasil em quarto lugar no ranking mundial de vítimas fatais entre

profissionais deste ramo, e é responsabilidade do estado garantir que estes tenham sua segurança salvaguardada para o exercício pleno de suas funções, tão importantes para nossa sociedade” definiu a deputada Clarissa Garotinho (PR), que assina o texto junto com o deputado Samuel Malafaia (PSD).

PLENÁRIO PROJETOS SEM INTERRUPÇÃO

Continuidade em pauta



O deputado Luiz Martins (PDT) é o autor do projeto, aprovado terça-feira

Da Redação

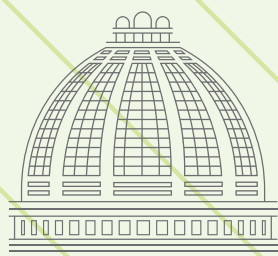
Programas, projetos ou ações administrativas em curso na mudança de gestão ou de comando no Governo não poderão ser interrompidos. A proposta foi apresentada pelo deputado Luiz Martins (PDT), através do projeto de lei 1.069/11. As exceções são quando houver parecer de auditor independente, manifestação de comissão da Alerj aprovada em plenário ou no aperfeiçoamento do programa. O texto foi aprovado na Assembleia Legislativa do Rio

(Alerj) nesta terça-feira (02/12), em primeira discussão.

A proposta também proíbe alteração do nome do programa, de metas, entre outros. A Administração Pública terá ainda que divulgar bimestralmente, na internet, as metas e o número de beneficiários dos seus programas, projetos e ações. “Vemos com regularidade que quando há troca de governo muitos do programas não tem continuidade. Queremos justamente garantir isso, que as políticas públicas tenham continuidade”, diz Martins.

Nada melhor
do que um
telefone para
quem, até bem
pouco tempo
atrás, só podia
colocar a boca
no trombone.

ALÔ
ALERJ
0800 0220008



• ALERJ •

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO RIO DE JANEIRO

Seu canal direto
para fazer denúncias.

www.alerj.rj.gov.br